


MOUSEION

Canoas, n. 46, 2025.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi46.13257>

Ensino de História e a pesquisa em Arquivos: elementos para a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem (o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul/RS, como estudo de caso)

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é trazer algumas reflexões teóricas e metodológicas alinhadas com o escopo da pesquisa e do ensino de História, utilizando espaços de memória, como museus e arquivos, para dinamizar a consciência crítica de estudantes e ampliar as possibilidades pedagógicas docentes. Não se trata de um material de cunho didático, no sentido stricto sensu, mas de um texto que possibilite o (re)pensar os aspectos inerentes ao processo de construção e difusão da História, tendo como lócus de análise o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, localizado em Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, assim como os acervos ali salvaguardados.

Palavras-chave: Pesquisa. Ensino. História. Arquivos Históricos.

Teaching History and research in Archives: elements for teaching practice and the teaching-learning process (the João Spadari Adami Municipal Historical Archive, in Caxias do Sul/RS, as case study)

Abstract: The objective of this work is to present some theoretical and methodological reflections aligned with the scope of research and teaching of History, using memory spaces, such as museums and archives, to stimulate the critical awareness of students and expand the pedagogical possibilities for teachers. This is not a didactic material, in the strict sense, but a text that allows for (re)thinking the aspects inherent to the process of construction and dissemination of History, using as a locus of analysis the João Spadari Adami Municipal Historical Archive, located in Caxias do Sul, in the state of Rio Grande do Sul, as well as the collections safeguarded there.

Keywords: Research. Teaching. History. Historical Archives.

Palavras iniciais

É cada vez mais salutar a necessidade e a importância de se repensar e ressignificar os processos de aprendizagem e as dinâmicas de ensino. Em um mundo de informação cada vez mais veloz e acessível, é fundamental reinterpretar as possibilidades educacionais nos diferentes espaços e meios socioculturais onde professores e educandos estão inseridos. Diante desse panorama e perspectiva, esse projeto visa contemplar e fomentar o uso de arquivos, museus e espaços de memória como um local e instrumento profícuo para a pesquisa e o ensino História, através dos múltiplos acervos existentes nestas instituições.

¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul – UCS, atuando nos Cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado Profissional). Email: rlsantos4@ucs.br. CV: <https://lattes.cnpq.br/2668730091701426>. <https://orcid.org/0000-0003-3447-6026>.

As estratégias de ensino devem contemplar as diferentes possibilidades existentes, não se tornando, portanto, um processo estagnado e engessado. No tocante ao campo abarcado pelos estudos geográficos e históricos, é justamente a dinamicidade e a produção social e cultural humana e sua relação no espaço e no tempo que são o foco principal. As múltiplas formas de geração de sentidos, ações, memórias, significações e representações são possíveis de serem detectadas em diferentes ângulos, temporalidades e espacialidades.

Embasados por essa dimensão e estes desafios, se faz necessário refletir teoricamente e esboçar metodologias e ações unindo o campos da História e as possibilidades de aprofundamento dos mesmos a partir da utilização dos espaços arquivístico e museais, tendo em vista que os mesmos são representações de sociedades humanas em determinado recorte temporal e espacial. Em muitas oportunidades, os museus acabam se tornando apenas um “espaço de fuga”, uma pausa na rotina escolar, onde a potencialidade educacional e humanística dos mesmos não é aproveitada. Essa realidade pode surgir intencionalmente, mas também por conta da falta de embasamento por parte dos docentes, que não possuem um cabedal formativo sobre a educação patrimonial e os significados que ela pode ter na pesquisa e no ensino de História, especialmente.

Neste artigo, daremos maior atenção para a questão dos arquivos, tomando como objeto de análise o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, localizado na cidade gaúcha de Caxias do Sul, região serrana do Estado. Não se trata de um material que sirva de guia prático, mas de um ponto de partida reflexivo através de um estudo de caso, o arquivo histórico caxiense, onde sua própria trajetória institucional e o acervo ali salvaguardado fomentam uma análise que, ampliada para outras situações e condições, podem nos fazer repensar nossa prática docente, especialmente na conjunção entre pesquisa e ensino e o uso de espaços não formais para o exercício da construção de conhecimentos históricos.

Algumas questões teóricas e metodológicas

No campo da História, mais especificamente no que se refere à pesquisa, o uso variado de fontes tem vivenciado um destaque maior a partir da renovação historiográfica advinda das proposições da Nouvelle Historie (Nova História), vinculada com a chamada Terceira Geração da Escola dos Annales, onde destacam-se historiadores como Jacques Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros. Esse grupo de historiadores, especialmente a partir da década de 1970, passou a propor o uso de novas abordagens, problemas e objetos, para maior compreensão da história humana. Conforme Peter Burke (1992, p. 14) “se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências”. Com isso, abriu-se espaço mais profícuo para trocas interdisciplinares e uma ampliação daquilo que se considera documento histórico. Unida com a questão anterior, é possível assegurar que ocorreram mudanças importantes na forma de se abordar e utilizar a pesquisa histórica em sala de aula nos últimos anos.

Contudo, é preciso afirmar que esta prática não apenas pode ser ampliada, como tem a necessidade de assim o ser, especialmente em uma realidade global de informação instantânea e de cada vez mais fácil manipulação. Outrossim, tenhamos no horizonte de nossa atuação enquanto pesquisadores e docentes salientando que o ensino de História é imprescindível para a compreensão dos processos socioculturais, políticos e econômicos históricos, assim como para a sua articulação com o atual contexto. Nesse sentido, o

ensino de História possui papel relevante na superação da exclusão social, na construção da cidadania e na emancipação social e política dos sujeitos históricos (Fonseca, 2003, p.52).

Assim, a utilização de espaços de memória (Nora, 1993), como Museus e Arquivos se tornam de grande importância, por serem locais não apenas de salvaguarda de objetos diversos, mas também de construção de narrativas, a partir das fontes históricas ali presentes e de seus usos expositivos e discursivos. Fontes históricas são produtos originários da capacidade cultural humana de constituir artefatos que, intencionalmente ou não, demarcam sua atuação em determinado tempo e local. Deste modo, conforme Bloch (2001, p. 79), “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

Outrossim, Pierre Nora também nos recorda aspectos deveras fundamentais para interpretar os espaços de memória e locais de salvaguarda de fontes no contexto da pesquisa e ensino de História. A relação entre memória, história e as instituições responsáveis pela preservação do passado tem sido objeto de intensos debates na historiografia contemporânea. Museus, arquivos e centros de documentação constituem espaços fundamentais para a conservação de vestígios históricos, mas também para a construção de narrativas sobre o passado.

Estes espaços, conceituadas por Nora (1993) como “lugares de memória”, surgem em contextos nos quais a memória social deixa de ser transmitida de forma espontânea pelas tradições e passa a depender de mecanismos institucionais de preservação. Nesse sentido, arquivos, museus, monumentos e documentos tornam-se suportes materiais e simbólicos que procuram conservar fragmentos do passado. Entretanto, tais lugares não representam apenas espaços neutros de conservação histórica. Eles também são resultado de processos de seleção, organização e interpretação, nos quais determinados acontecimentos são valorizados enquanto outros são esquecidos ou marginalizados. Pode-se dizer, assim, que são espaços de disputas de poder e controle de informação e da narrativa que busca se transmitir. Sobre estes aspectos, cabe avançar um pouco mais na discussão.

A reflexão contemporânea sobre museus, arquivos e monumentos tem destacado que esses espaços não constituem meros repositórios neutros do passado, mas instituições atravessadas por relações de poder que condicionam a produção, seleção e circulação da memória histórica. A partir de uma perspectiva genealógica, Michel Foucault (2012) compreende o arquivo como um sistema que regula as condições de possibilidade do discurso, definindo aquilo que pode ser dito, preservado e legitimado em determinado contexto histórico. Deste modo, o arquivo não é apenas um conjunto de documentos, mas um dispositivo de poder-saber que organiza e hierarquiza o conhecimento sobre o passado. Em diálogo crítico com essa perspectiva, Jacques Derrida enfatiza que o controle do arquivo implica também o controle da interpretação histórica, uma vez que a autoridade arquivística está historicamente vinculada às instituições que detêm o poder de conservar, classificar e interpretar os registros da memória social (Derrida, 2001).

No campo dos estudos culturais, Tony Bennett (1995) demonstra que o surgimento dos museus modernos esteve associado a estratégias de pedagogia social e disciplinamento público, nas quais a exposição e a organização dos objetos contribuíram para moldar visões de progresso, civilização e identidade nacional. Em perspectiva pós-colonial, Achille Mbembe (2002) destaca que os arquivos coloniais foram estruturados como instrumentos administrativos e epistemológicos de dominação, responsáveis por produzir e ordenar conhecimentos sobre as populações colonizadas, argumento aprofundado por Ann Laura Stoler, ao demonstrar

que os próprios modos de organização dos arquivos revelam as ansiedades políticas e raciais que permeavam os regimes coloniais (Stoler, 2009). Diametralmente, Paul Ricoeur (2007) ressalta que as instituições de memória participam simultaneamente da preservação do passado e da produção de esquecimentos estruturados, uma vez que toda memória institucionalizada implica processos de seleção e exclusão. Assim, museus, arquivos e monumentos podem ser compreendidos como arenas nas quais se disputam narrativas históricas, identidades coletivas e formas de legitimação do passado.

Ainda problematizando esses elementos, que são cruciais para a historicização crítica dos processos de memória e constituição de espaços relacionados com a preservação da materialidade e de narrativa histórica, se faz importante o diálogo com reflexões anteriores, especialmente sobre o conceito de “memória coletiva”, advindas de maneira assertiva das contribuições de Maurice Halbwachs (2006). Para este intelectual, a memória não é apenas um fenômeno individual, mas um processo social construído no interior dos grupos. As lembranças são estruturadas por quadros sociais que orientam a forma como os indivíduos recordam o passado. Dessa forma, as sociedades constroem memórias coletivas que reforçam identidades, valores e pertencimentos.

O historiador Jacques Le Goff (1990) também enfatizou o caráter político e cultural da memória, destacando que a relação entre memória e história envolve disputas simbólicas em torno daquilo que deve ser lembrado ou esquecido. Para Le Goff, a memória constitui um campo de poder, no qual diferentes grupos sociais disputam a legitimidade de suas narrativas sobre o passado. Nas últimas décadas, esse debate foi ampliado por autores que buscaram problematizar a relação entre memória, narrativa histórica e interpretação do passado. Entre eles, destaca-se Paul Ricoeur (2007), cuja obra propõe uma reflexão profunda sobre a relação entre memória, esquecimento e escrita da história. Para Ricoeur, a memória é marcada por tensões entre lembrança e esquecimento, sendo sempre mediada por processos interpretativos. O autor argumenta que o trabalho historiográfico envolve um esforço crítico de reconstrução do passado a partir de vestígios documentais, buscando equilibrar a fidelidade às evidências históricas com a necessidade de interpretação narrativa.

Durante muito tempo, a História se dedicou apenas aos fatos grandiosos, como as guerras e revoluções, na trajetória (acrítica) de personalidades proeminentes, tendo como base de pesquisa os documentos oficiais, produzidos pelas autoridades, governos, instituições, etc. Com influência da chamada Escola dos Annales, os historiadores da segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960, passaram a adotar em suas pesquisas uma gama muito maior de fontes, como livros, imagens, fotografias, diários pessoais, cartas, filmes, músicas, entre tantas outras possibilidades. Com esse fato, também ocorreu um novo panorama sobre os temas e abordagens do campo histórico. O cotidiano social, o imaginário, as tradições culturais, as representações artísticas, a alimentação, enfim, houve um benéfico alargamento dos aspectos que a História deveria analisar, para compreender o ser humano e as sociedades de forma mais ampla. Os próprios documentos escritos passaram a ter uma nova valorização, com interpretações mais profundas e qualificadas.

Nesse prisma, a análise das fontes históricas torna-se um elemento central para a pesquisa historiográfica. A chamada “crítica das fontes” constitui um dos fundamentos do método histórico, permitindo avaliar a origem, a intencionalidade e o contexto de produção dos documentos. Nesse campo, as contribuições de Carlo Ginzburg (1989) foram particularmente relevantes ao enfatizar a importância de uma leitura atenta dos indícios presentes nos documentos históricos. Em sua proposta metodológica conhecida como “paradigma indiciário”, Ginzburg demonstra como pequenos detalhes presentes nas fontes podem revelar aspectos mais amplos das relações sociais e culturais de determinado período histórico.

A historiografia contemporânea também tem enfatizado a dimensão cultural das práticas de leitura e interpretação dos documentos. Nesse aspecto, as reflexões de Roger Chartier (2002) foram fundamentais ao destacar que os textos e documentos históricos não possuem significados fixos e universais. Pelo contrário, seus sentidos são construídos historicamente a partir das práticas de leitura e das condições sociais de circulação dos textos. Chartier evidencia que os documentos devem ser analisados considerando tanto suas formas materiais quanto os contextos culturais em que foram produzidos e apropriados.

Essas reflexões possuem implicações importantes para o campo do ensino de História. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores da didática da história têm defendido a necessidade de aproximar os estudantes das práticas de investigação histórica. Nesse contexto, o uso de diferentes tipos de fontes, como jornais, fotografias, cartas, documentos administrativos e relatos orais, torna-se fundamental para desenvolver habilidades de análise crítica e interpretação histórica.

Mas eis que surge uma questão: esse grande processo de renovação que ocorreu na conjuntura acadêmica alcançou a sala de aula e a disciplina de História na Educação Básica? A resposta para o questionamento anterior poderia assumir, de forma superficial, uma resposta polarizada: ou alegar simplesmente que não, e adotar um discurso de terra arrasada sobre o ensino de História do Brasil, ou esconder as dificuldades e elaborar uma imagem positivada. Mas nossa pergunta exige coerência em sua abordagem. Então, podemos dizer que tem ocorrido avanços no que tange a abordagem temática e

metodológica, mas que esta ainda segue em passos lentos, necessitando de debates e elaboração de subsídios para uma melhor aplicabilidade na Educação Básica.

Compartilhamos da avaliação de André Chervel (1990), quando este afirma que a escola também é responsável pela produção de conhecimentos históricos, nem superiores e tampouco inferiores aos conhecimentos elaborados no espaço acadêmico, mas apenas diferente destes. E, quando negamos a escola como este espaço de produção de sentidos e percepções no campo da História, ignoramos o poder que esta possui de influenciar na dinâmica cultural e social, talvez de forma mais intensa que a academia.

E é justamente por conta deste panorama que defendemos a necessidade cada vez mais salutar de um diálogo maior entre Ensino Superior e Educação Básica, não com premissas baseadas em graus de disputa, mas de convergências para objetivos comuns, respeitando, é claro, as especificidades que cada uma possui. Por outro lado, essas reflexões, diálogos e proposições não tem por objetivo fazer com que, nos Ensinos Fundamental e Médio, os alunos sejam metamorfoseados em historiadores, mas fomentar, acima de tudo, a capacidade analítica, crítica e consciente de seu papel enquanto sujeitos ativos no meio social ao qual estão inseridos.

Nos apropriando das enunciações de Jörn Rüsen, o ensino de História, na Educação Básica, deve ser um caminho que “permita ao indivíduo a indagação sobre o passado de forma que a resposta lhe faça algum sentido no presente e que de alguma maneira esse sujeito encontre uma orientação histórica para a sua vida cotidiana” (Rüsen, 2007, p. 133). E, conectada com essa perspectiva, a utilização de fontes históricas em sala de aula constituem um instrumento benéfico e consistente para se alcançar, ao menos em parte, essas metas. Conforme Selva Fonseca,

[...] as fontes históricas assumem um papel fundamental na prática do ensino de história, uma vez que são capazes de ajudar o aluno a fazer diferenciações, abstrações que entre outros aspectos é uma dificuldade quando tratamos de crianças e jovens em desenvolvimento cognitivo. No entanto, diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores na atualidade (Fonseca, 2005, p.56).

E nesta ótica, apontamos para um tópico que consideramos importante no que se refere ao uso das fontes, ou melhor, sua utilização muitas vezes inadequada: elas não devem assumir o caráter meramente ilustrativo.

O professor precisa ter presente que as fontes, em suas mais diversas formas, são elementos contributivos para o desenvolvimento das operações cognitivas dos envolvidos, além de propiciarem a compreensão das funcionalidades e mecanismos necessários para a pesquisa histórica e a interpretação social que ela permite. Ao compreender os processos de interpretação e produção de conhecimentos, os alunos também podem aperfeiçoar sua capacidade investigativa e de percepção sobre a difusão de informações, ideias e discursos no mundo contemporâneo. Entrementes, é importante salientar que, além do contato e entendimento acerca dos temas históricos, estes alunos consigam significativamente perceber as relações complexas existentes entre o passado e o presente.

Ademais, o trabalho com fontes históricas em sala de aula permite que os estudantes compreendam que o conhecimento histórico não é simplesmente uma coleção de fatos, mas o resultado de processos de investigação e interpretação. Jornais, por exemplo, possibilitam analisar debates políticos, representações sociais e discursos ideológicos presentes em determinado período histórico. Fotografias permitem observar aspectos visuais da cultura e do cotidiano de diferentes grupos sociais, enquanto documentos oficiais oferecem informações sobre práticas administrativas, relações de poder e políticas institucionais.

Cabe ressaltar que, mesmo diante de determinadas limitações e situações adversas, a relação entre ensino de História e instituições de memória tem sido cada vez mais explorada, sobretudo por meio de práticas pedagógicas que envolvem visitas a museus, arquivos e centros de memória. Esses espaços podem funcionar como ambientes de aprendizagem histórica, permitindo que os estudantes entrem em contato direto com objetos, documentos e narrativas sobre o passado. Ao mesmo tempo, essas experiências possibilitam refletir criticamente sobre os processos de seleção, organização e interpretação da memória presentes nessas instituições.

Dessa forma, a problematização dos lugares de memória e do uso de fontes históricas evidencia que a produção do conhecimento histórico resulta de um processo complexo de construção narrativa e interpretação crítica. Museus, arquivos e documentos não são apenas repositórios neutros de informação, mas espaços nos quais se produzem representações sobre o passado que influenciam tanto a pesquisa historiográfica quanto o ensino da disciplina.

Para Lana Siman (2004, p. 89), essa abordagem deve “propiciar a eles além do que a experiência vivida pode revelar, identificando, nos testemunhos do passado, elementos de continuidade e de ruptura”. E, no que remete ao conhecimento histórico e seu processo de construção e difusão, podemos sintetizar da seguinte forma: a História objetiva compreender as sociedades humanas ao longo do tempo e no espaço. Para isso, ela deve investigar os vestígios deixados por esses grupos humanos. E esses vestígios, por sua vez, estão expressos nos mais diferentes meios, como na oralidade, nas artes, nos documentos, nas imagens, nas tecnologias, nas representações e imaginários, entre tantos outros que poderíamos mencionar. E, para se ter uma dimensão mais ampla da complexidade humana, se deve mapear e apreciar criticamente todas as fontes produzidas por esses homens.

Neste sentido, os estudos históricos de caráter acadêmicos tem evoluído consideravelmente. Mas, esse conhecimento gerado não pode ser engessado, ficar restrito aos seus pares, isolados nas paredes dos prédios das universidades. Ele deve ser levado, dentro de múltiplas condições, até a sociedade. E o ambiente escolar se mostra como um local apropriado para o desenvolvimento dessa perspectiva. Porém, para que isso ocorra, ao invés de muros entre Ensino Superior e Educação Básica, cada vez mais devem ser construídas pontes, formas de colaboração e diálogos mútuos. Sem isso, o conhecimento histórico se torna algo sem sentido. E seu sentido maior é ajudar na constituição de cidadãos ativos, conscientes e críticos.

Sobre o Arquivo João Spadari Adami

Fundado em 1976, vinculado ao Museu Municipal de Caxias do Sul como um departamento, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (homenagem dada ao historiador caxiense homônimo, nascido em 11 de janeiro de 1897 e falecido em 4 de dezembro de 1972) possui em seu acervo uma significativa coleção de fotografias, filmes, jornais, gravações e documentos relacionados com a História de Caxias do Sul e com a imigração e presença dos italianos na região serrana do Rio Grande do Sul. Inicialmente, as condições de instalação e acondicionamento dos acervos do arquivo eram precárias, sendo alojados em salas nos fundos do Museu Histórico. A sede definitiva foi conquistada apenas em 1997. No ano seguinte, houve a descompatibilização entre museu e arquivo, outorgando autonomia para este último espaço de memória.

O prédio escolhido, localizado na área central da cidade, mais precisamente na Avenida Júlio de Castilhos (Figura 1), foi residência do imigrante e comerciante Vicente Rovea (1861-1941), importante liderança econômica e política local, sendo intendente (prefeito) caxiense entre 1908 e 1912 (com um intervalo entre janeiro de 1910 e dezembro de 1911, quando se afastou do cargo por questões de saúde, passando o governo ao vice-intendente, Tancredo Ápio Feijó). A construção, além de moradia, também foi casa comercial de Rovea. Posteriormente, entre 1926 e 1931, seu andar superior serviu como hospital dirigido pelo médico italiano Rômulo Carbone.

Figura 1. Sede do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

No final da década de 1970, o imóvel se encontrava sério estado de degradação em sua estrutura, tanto que sua demolição estava prevista. Em decorrência da possibilidade iminente de destruição do espaço, Juventino dal Bó, então responsável pelo Arquivo Municipal, articulou um movimento de mobilização comunitária para preservação e restauro do imóvel, assim como a tentativa de transferir o acervo documental existente no Museu Municipal para um espaço mais adequado. Esta iniciativa assumiu um caráter público e obteve grande repercussão, agregando o apoio de segmentos influentes da sociedade local, entre os quais se destacou a Câmara de Indústria e Comércio.

A municipalidade foi instada a intervir no processo, porém declarou não dispor de recursos financeiros para a aquisição do imóvel. Ademais, o ordenamento jurídico vigente à época não oferecia instrumentos eficazes de proteção patrimonial, uma vez que o município ainda não contava com legislação específica de tombamento, o que limitava a adoção de medidas formais de preservação.

Diante desse cenário, um grupo de empresários locais adquiriu o casarão e o disponibilizou à comunidade para fins culturais, configurando uma solução provisória e de caráter colaborativo. Contudo, a consolidação definitiva das condições institucionais e jurídicas para a preservação do arquivo somente se efetivaria anos mais tarde, evidenciando as tensões entre iniciativa civil, poder público e marcos legais na proteção do patrimônio cultural.

Sobre a constituição do acervo: alguns apontamentos históricos

Um Arquivo Municipal encontrava-se instituído em Caxias do Sul desde o período da emancipação da vila, em 1890, no governo estadual do general Cândido José da Costa, desempenhando a função de custodiar a documentação de natureza administrativa, seguindo pressupostos de orientação Positivista. No ano de 1919, quando o intendente José Pena de Moraes (que governou a cidade entre 1912 e 1924), promoveu a reorganização dos serviços públicos, estabeleceu-se que ao arquivo deveriam ser sistematicamente recolhidos “os livros e papéis findos de todas as repartições da administração, conforme a importância dos mesmos”, institucionalizando-se, assim, um procedimento regular de transferência documental.

Anos mais tarde, por ocasião da Festa da Uva de 1950, comemorativa aos 75 anos da imigração italiana na região, o historiador João Spadari Adami foi designado pela Prefeitura para proceder à seleção, no âmbito do acervo do Arquivo Municipal, de documentos de relevância histórica a serem apresentados no pavilhão expositivo. Ao longo das décadas subsequentes, parcela significativa do acervo desse primeiro arquivo foi extraviada, sofreu deterioração ou foi intencionalmente eliminada.

Em 1974, no contexto do processo de reativação do Museu Municipal, promoveu-se uma campanha pública com vistas à recomposição de seu acervo, ocasião em que também foram incorporados conjuntos documentais. No mesmo período, durante a transferência da sede administrativa da Prefeitura para novo edifício — possibilitando a destinação do espaço anterior ao Museu —, um expressivo volume de documentação pertencente ao Arquivo Municipal esteve prestes a ser incinerado. A intervenção de um grupo de pesquisa coordenado pela historiadora e professora Loraine Slomp Giron, que alertou a museóloga Maria Frigeri Horn, então responsável pela coordenação da equipe do Museu, viabilizou o resgate do material e sua incorporação ao acervo institucional.

Evidenciava-se, desse modo, a necessidade de criação de um setor específico destinado à custódia e à gestão desse patrimônio documental, sendo que, já no início de 1975, previa-se a instituição de um Arquivo Histórico. Em março de 1976, um novo e substancial conjunto de documentos históricos (incluindo mapas, pesquisas, fotografias e obras bibliográficas), transportado em dois veículos, foi doado ao Museu pela Comissão do Centenário da Imigração, ampliando significativamente o acervo disponível para preservação e consulta. No ano seguinte, a Câmara Municipal de Caxias do Sul aprovou o projeto de lei encaminhado pelo então prefeito, Mário David Vanin, criando o Arquivo Municipal através do Decreto nº. 4047/76, datada de 5 de agosto daquele ano.

Em 1978, o início da organização sistemática do Arquivo do Museu, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, pode ser interpretado como um marco no processo de institucionalização da memória local, inserindo-se em um movimento mais amplo de profissionalização das práticas arquivísticas no Brasil. Mais do que uma iniciativa administrativa, a estruturação do arquivo representou a constituição de um espaço de poder simbólico, na medida em que, conforme argumenta Michel Foucault, o arquivo não é apenas um repositório de documentos, mas o sistema que regula a formação e a circulação dos discursos, delimitando o campo do dizível em determinada época.

Ao definir setores específicos (Impressos, Cartografia e Fotografia) o Museu não apenas organizou tecnicamente seu acervo, mas estabeleceu critérios de classificação que orientam as narrativas históricas possíveis. A incorporação de materiais provenientes da antiga Intendência, da Prefeitura, do Judiciário, de empresas, escolas e coleções particulares – com destaque para o acervo de João Spadari Adami – revela um esforço de centralização e legitimação de determinadas memórias institucionais e sociais. Tal movimento dialoga com a perspectiva de Jacques Le Goff, para quem o documento é simultaneamente monumento, isto é, produto de relações de poder e de intencionalidades históricas que atravessam sua produção e preservação.

Ademais, à luz da noção de “lugares de memória”, desenvolvida por Pierre Nora, retomamos a percepção de que o arquivo pode e deve ser compreendido como um espaço em que a memória coletiva se cristaliza e se institucionaliza, sobretudo em contextos nos quais a experiência viva do passado tende a ser substituída por dispositivos formais de preservação. A criação de um setor de impressos, com ênfase na imigração, bem como a valorização da cartografia e da fotografia, evidencia a preocupação em consolidar uma narrativa identitária, articulando fontes textuais e iconográficas. A primeira grande exposição, realizada em março de 1979 e composta por fotografias do próprio Arquivo, pode ser entendida como momento de publicização desse “lugar de memória”, convertendo o acervo em instrumento ativo de mediação entre passado e comunidade. Assim, a organização do arquivo não se restringiu a uma ação técnica, mas configurou-se como prática historiográfica e política, na qual seleção, classificação e exposição documental participaram diretamente da construção da memória histórica local.

Essas percepções são de grande importância quando pensamos nos museus e arquivos como locais de pesquisa e ensino de História, tendo em vista que não é apenas o acervo ali salvaguardado que é importante, mas a constituição, exposição, acesso, valorização ou desvalorização de objetos, documentos, fotografias, entre outros, faz parte de um processo complexo de poder e política, a partir da memória que se deseja assegurar e da narrativa que se quer transmitir ao visitante ou pesquisador.

Sobre a constituição do acervo: alguns apontamentos históricos

Um Arquivo Municipal encontrava-se instituído em Caxias do Sul desde o período da emancipação da vila, em 1890, no governo estadual do general Cândido José da Costa, desempenhando a função de custodiar a documentação de natureza administrativa, seguindo pressupostos de orientação Positivista. No ano de 1919, quando o intendente José Pena de Moraes (que governou a cidade entre 1912 e 1924), promoveu a reorganização dos serviços públicos, estabeleceu-se que ao arquivo deveriam ser sistematicamente recolhidos “os livros e papéis findos de todas as repartições da administração, conforme a importância dos mesmos”, institucionalizando-se, assim, um procedimento regular de transferência documental.

Anos mais tarde, por ocasião da Festa da Uva de 1950, comemorativa aos 75 anos da imigração italiana na região, o historiador João Spadari Adami foi designado pela Prefeitura para proceder à seleção, no âmbito do acervo do Arquivo Municipal, de documentos de relevância histórica a serem apresentados no pavilhão expositivo. Ao longo das décadas subsequentes, parcela significativa do acervo desse primeiro arquivo foi extraviada, sofreu deterioração ou foi intencionalmente eliminada.

Em 1974, no contexto do processo de reativação do Museu Municipal, promoveu-se uma campanha pública com vistas à recomposição de seu acervo, ocasião em que também foram incorporados conjuntos documentais. No mesmo período, durante a transferência da sede administrativa da Prefeitura para novo edifício — possibilitando a destinação do espaço anterior ao Museu —, um expressivo volume de documentação pertencente ao Arquivo Municipal esteve prestes a ser incinerado. A intervenção de um grupo de pesquisa coordenado pela historiadora e professora Loraine Slomp Giron, que alertou a museóloga Maria Frigeri Horn, então responsável pela coordenação da equipe do Museu, viabilizou o resgate do material e sua incorporação ao acervo institucional.

Evidenciava-se, desse modo, a necessidade de criação de um setor específico destinado à custódia e à gestão desse patrimônio documental, sendo que, já no início de 1975, previa-se a instituição de um Arquivo Histórico. Em março de 1976, um novo e substancial conjunto de documentos históricos (incluindo mapas, pesquisas, fotografias e obras bibliográficas), transportado em dois veículos, foi doado ao Museu pela Comissão do Centenário da Imigração, ampliando significativamente o acervo disponível para preservação e consulta. No ano seguinte, a Câmara Municipal de Caxias do Sul aprovou o projeto de lei encaminhado pelo então prefeito, Mário David Vanin, criando o Arquivo Municipal através do Decreto nº. 4047/76, datada de 5 de agosto daquele ano.

Em 1978, o início da organização sistemática do Arquivo do Museu, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, pode ser interpretado como um marco no processo de institucionalização da memória local, inserindo-se em um movimento mais amplo de profissionalização das práticas arquivísticas no Brasil. Mais do que uma iniciativa administrativa, a estruturação do arquivo representou a constituição de um espaço de poder simbólico, na medida em que, conforme argumenta Michel Foucault, o arquivo não é apenas um repositório de documentos, mas o sistema que regula a formação e a circulação dos discursos, delimitando o campo do dizível em determinada época.

Ao definir setores específicos (Impressos, Cartografia e Fotografia) o Museu não apenas organizou tecnicamente seu acervo, mas estabeleceu critérios de classificação que orientam as narrativas históricas possíveis. A incorporação de materiais provenientes da antiga Intendência, da Prefeitura, do Judiciário, de empresas, escolas e coleções particulares – com destaque para o acervo de João Spadari Adami – revela um esforço de centralização e legitimação de determinadas memórias institucionais e sociais. Tal movimento dialoga com a perspectiva de Jacques Le Goff, para quem o documento é simultaneamente monumento, isto é, produto de relações de poder e de intencionalidades históricas que atravessam sua produção e preservação.

Ademais, à luz da noção de “lugares de memória”, desenvolvida por Pierre Nora, retomamos a percepção de que o arquivo pode e deve ser compreendido como um espaço em que a memória coletiva se cristaliza e se institucionaliza, sobretudo em contextos nos quais a experiência viva do passado tende a ser substituída por dispositivos formais de preservação. A criação de um setor de impressos, com ênfase na imigração, bem como a valorização da cartografia e da fotografia, evidencia a preocupação em consolidar uma narrativa identitária, articulando fontes textuais e iconográficas. A primeira grande exposição, realizada em março de 1979 e composta por fotografias do próprio Arquivo, pode ser entendida como momento de publicização desse “lugar de memória”, convertendo o acervo em instrumento ativo de mediação entre passado e comunidade. Assim, a organização do arquivo não se restringiu a uma ação técnica, mas configurou-se

como prática historiográfica e política, na qual seleção, classificação e exposição documental participaram diretamente da construção da memória histórica local.

Essas percepções são de grande importância quando pensamos nos museus e arquivos como locais de pesquisa e ensino de História, tendo em vista que não é apenas o acervo ali salvaguardado que é importante, mas a constituição, exposição, acesso, valorização ou desvalorização de objetos, documentos, fotografias, entre outros, faz parte de um processo complexo de poder e política, a partir da memória que se deseja assegurar e da narrativa que se quer transmitir ao visitante ou pesquisador.

O arquivo, seu acervo e a pesquisa e ensino de História

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (que recebeu esse acréscimo em sua denominação no ano de 1997, quando de sua transferência para o local definitivo) configura-se como um espaço privilegiado de preservação documental e de produção do conhecimento histórico, reunindo um acervo vasto e diversificado que inclui aproximadamente 500 mil documentos de origem pública, 500 mil de origem privada, 600 depoimentos gravados, 5 mil livros, 300 periódicos e mais de 300 mil fotografias. Trata-se de uma instituição de referência no sul do Brasil, especialmente por abrigar o mais importante acervo relativo à imigração italiana na região. Além da guarda documental, a instituição desenvolve projetos de pesquisa e mantém publicações acessíveis online, ampliando seu alcance acadêmico e social.

Na tessitura da reflexão entre ensino de História e locais de memória, especialmente aqueles que tem essa finalidade constituída, detendo a salvaguarda, controle e capacidade de difusão de múltiplas fontes, é salutar analisar a concepção de Gevehr (2016, p. 957-958), ao afirmar que é:

fundamental para se pensar o ensino da história por meio da interpretação dos significados que os lugares de memória exercem na compreensão dos conteúdos historiográficos é mostrar na sala de aula que esses espaços são, antes de tudo, dotados de um significado simbólico. Ou seja, esses lugares nos remetem a pensar a respeito dos fatos que ali ocorreram e de pessoas que ali estiveram. É nesse sentido que destacamos a criação dos diferentes lugares de memória (monumentos, praças, instituições etc.) e os vinculamos ao processo de (re)significação da história, uma vez que os tomamos como evidência das visões e dos sentimentos coletivos que se faziam presentes na época de sua criação.

A pluralidade tipológica do acervo — documentos oficiais, arquivos familiares, iconografia, memória oral, filmes e periódicos — constitui um campo fértil para a reflexão historiográfica e para a prática do ensino de História (Figura 2).

Figura 2. Parte do Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

Conforme destacou Marc Bloch (2001), o historiador deve interrogar os vestígios do passado em sua diversidade, reconhecendo que toda produção humana pode converter-se em fonte histórica. Nesse sentido, a amplitude do acervo permite múltiplas abordagens, favorecendo investigações que ultrapassam a narrativa político-administrativa e alcançam dimensões sociais, culturais e simbólicas. Para uma compreensão mais didática das possibilidades de uso do arquivo e seu acervo no campo da pesquisa e do ensino de História, tanto no modo formal, em sala de aula, quanto não formal, iremos abordar os principais conjuntos ali existentes em tópicos, para deixar a leitura mais clara e metodologicamente funcional.

a. Arquivo Público e a cultura política local

O Arquivo Público reúne documentação oficial da antiga Diretoria da Colônia Caxias, da Comissão de Medição das Terras e Lotes, da Intendência e Prefeitura, do Conselho Municipal e da Câmara de Vereadores, cobrindo o período de 1875 até a atualidade. Esse conjunto documental — leis, atos administrativos, ofícios, plantas urbanísticas, processos e registros fiscais — constitui base fundamental para pesquisas sobre formação territorial, políticas de colonização, estrutura fundiária, institucionalização do poder local e processos de urbanização.

Do ponto de vista teórico, a exploração desse material dialoga com a concepção de cultura histórica formulada por Jörn Rüsen (2001), para quem a narrativa histórica organiza a experiência temporal e orienta a ação social. Trabalhar com documentos oficiais em sala de aula possibilita desenvolver nos estudantes competências de análise crítica das estruturas de poder, compreensão das permanências e rupturas institucionais e leitura contextualizada das normativas legais. Metodologicamente, a utilização de documentos administrativos como fontes primárias favorece práticas investigativas baseadas na problematização, na comparação e na contextualização, conforme defendem estudos da Educação Histórica.

b. Arquivos privados e a história social da imigração

Os arquivos privados, compostos por documentos familiares, empresariais e associativos — cartas, livros comerciais, cadernos escolares, diplomas, publicidade, partituras e cartazes — ampliam o escopo interpretativo ao incorporar dimensões da vida cotidiana. Destacam-se coleções de famílias tradicionais e acervos fotográficos relevantes, como os negativos do ateliê de Ulysses Geremia e a produção de Júlio Calegari, que documentam transformações urbanas e práticas culturais ao longo de décadas.

A incorporação dessas fontes no ensino dialoga com a noção de experiência histórica desenvolvida por Edward P. Thompson (1981), ao evidenciar sujeitos históricos concretos, suas trajetórias e estratégias de sobrevivência. No campo da Educação Histórica, autores como Isabel Barca (2004) e Peter Lee (2001) destacam a importância do trabalho com fontes diversificadas para o desenvolvimento do pensamento histórico, especialmente na construção de conceitos como evidência, inferência e multiperspectividade. Fotografias, correspondências e registros escolares permitem ao estudante confrontar diferentes narrativas e compreender a historicidade das identidades culturais.

c. Banco de Memória Oral e a valorização das narrativas

O Banco de Memória Oral, com 600 depoimentos gravados, constitui um campo privilegiado para investigações sobre memória, identidade e cultura. A utilização de relatos orais exige cuidados metodológicos específicos, como a análise das condições de produção do testemunho e a compreensão das mediações entre lembrança e esquecimento. Nesse sentido, a reflexão de Jacques Le Goff (1990) sobre memória e história oferece aporte teórico fundamental para distinguir memória coletiva de narrativa historiográfica.

No ensino, a história oral favorece práticas pedagógicas que valorizam a escuta e o protagonismo dos sujeitos, estimulando a empatia histórica e a compreensão da temporalidade vivida. A abordagem metodológica pode incluir transcrição, análise temática e comparação com outras fontes, promovendo o letramento histórico e o desenvolvimento de habilidades interpretativas.

d. Hemeroteca e cultura impressa

A Hemeroteca (Figura 3), composta por periódicos que circularam em Caxias do Sul desde o final do século XIX, como *O Caxiense* (1897), *Città di Caxias* (1915–1922), *Correio Riograndense* (desde 1909) e *Pioneiro* (desde 1948), constitui fonte essencial para estudos sobre imprensa, formação da opinião pública, circulação de ideias e construção identitária da comunidade ítalo-brasileira.

Figura 3. Parte do acervo da Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



Fonte: Revista News.

A análise de jornais permite explorar discursos, silêncios e representações sociais, articulando-se à perspectiva da História Cultural. Em termos pedagógicos, o trabalho com periódicos possibilita desenvolver a leitura crítica de fontes, identificar posicionamentos ideológicos e compreender processos de construção da narrativa histórica na esfera pública.

e. Biblioteca e articulação entre pesquisa e ensino

A biblioteca especializada oferece suporte teórico às investigações, reunindo obras sobre imigração italiana, história local e temáticas correlatas. Esse conjunto bibliográfico viabiliza a articulação entre fontes primárias e produção historiográfica, condição essencial para o exercício do método histórico. Conforme destaca Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004), o ensino de História deve integrar pesquisa e prática pedagógica, superando a mera transmissão de múltiplos conteúdos.

Considerações finais

A riqueza documental do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami permite a adoção de metodologias ativas no ensino de História, como projetos de pesquisa escolar, oficinas de análise documental e produção de narrativas históricas pelos próprios estudantes. A exploração sistemática do acervo favorece o desenvolvimento da consciência histórica, entendida como a capacidade de interpretar o passado para orientar a vida prática (Rüsen, 2001).

Como evidenciado nos trechos iniciais deste artigo, nosso objetivo é promover uma reflexão sobre as relações entre pesquisa e ensino de História e o uso de museus, arquivos e seus acervos, aqui dando ênfase e visibilidade para o Arquivo Histórico de Caxias do Sul. De igual modo e importância, essa equivalência vale para outros locais, como monumentos, praças, ruas. Conforme assevera o historiador Daniel Gevehr,

perceber que os nomes de ruas e avenidas não são atemporais e desprovidos de ideologias nos parece ser um passo importante para esse (re)inventar do ensino de história, no qual a história como disciplina do currículo escolar passa a ter uma dimensão que ultrapassa “as paredes” da sala de aula ou da linha de tempo feita com giz colorido que “cruza o quadro”. Promover o ensino de história pautado em novas possibilidades metodológicas, mesmo em contextos em que as condições tecnológicas são escassas, é reinterpretar o passado, alavancando novos olhares sobre o que “já fomos” (Gevehr, 2016, p. 949).

A aproximação dos estudantes com fontes históricas e com espaços de memória e patrimônio constitui um elemento fundamental para a renovação do ensino de História e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Ao trabalhar diretamente com documentos, fotografias, jornais, testemunhos e vestígios materiais preservados em museus, arquivos e outros lugares de memória, os estudantes são convidados a compreender que o conhecimento histórico é fruto de interpretações, disputas e seleções, e não apenas uma narrativa fixa do passado. Nesse processo, o contato com diferentes tipos de fontes, como defendem autores como Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Jörn Rüsen, favorece o desenvolvimento de habilidades de análise, interpretação e contextualização, fundamentais para a construção de uma intelectualidade crítica. Além disso, ao explorar espaços patrimoniais e de memória coletiva, os estudantes ampliam sua percepção da pluralidade de experiências históricas, reconhecendo a diversidade cultural, social e identitária que compõe a sociedade. Dessa forma, o ensino de História, articulado ao uso de fontes e à vivência em espaços de memória, contribui não apenas para a compreensão do passado, mas também para a formação cidadã, estimulando o respeito à diversidade, a reflexão crítica sobre o presente e a participação ativa na construção de uma sociedade mais democrática.

Assim, não se trata, ao menos em sua construção textual mais aprofundada, de um trabalho que se estabeleça como um “manual prático” de ações metodológicas e práticas docentes, mas como uma leitura reflexiva sobre a importância do tema aqui abordado. Trouxemos um local, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul, que aqui se apresenta como um “laboratório”, trazendo considerações sobre sua própria trajetória e seu acervo. A partir deste panorama e perpassados pelas questões teóricas, metodológicas e de ensino que nos propusemos a trazer e debater, a junção de reflexões e proposições podem, em diferentes perspectivas, abordagens e locais, suscitar iniciativas que vinculem a metodologia aplicada nas aulas de História com o uso de fontes e na relação com estes espaços de memória e salvaguarda patrimonial, tendo em vista toda a complexidade que reside neste campo.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARCA, Isabel. **Educação histórica: uma nova área de investigação**. Braga: Universidade do Minho, 2004.
- BENNETT, Tony. **The Birth of the Museum: History, Theory, Politics**. London: Routledge, 1995.

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, nº 2, 1990.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas - SP: Papirus, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 945–962, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216748>.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- LEE, Peter. “Historical literacy: theory and research.” In: ASHBY, Rosalyn; GORDON, Peter; LEE, Peter (org.). **Understanding History: Recent Research in History Education**. London: Routledge, 2001.
- MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and Its Limits. In: HAMILTON, Carolyn et al. (org.). **Refiguring the Archive**. Cape Town: David Philip, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, nº 10, dez. 1993. p. 07-28.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RUSEN, Jörn. Didática - funções do saber histórico. In: **História Viva: teoria da História, formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo A. et al (orgs). **Ensino de História e Educação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ: 2004.
- STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.